

Falar de paz em tempo de guerra: Feminismo, pacifismo e nacionalismo (1914-1918)

NATIVIDADE MONTEIRO*

Resumo. Este artigo analisa o discurso e a atitude das feministas portuguesas face à intervenção de Portugal na I Guerra Mundial. Partindo da leitura dos periódicos feministas da época e de outras fontes de autoria feminina, reconstituem-se as vozes que falam de paz e de guerra, de patriotismo e nacionalismo. Embora com algumas nuances discursivas, as feministas convergem no apoio ao projecto belicista do Partido Democrático, mobilizam as mulheres para o esforço de guerra e quebram os compromissos internacionais com o pacifismo e o sufrágio do *International Women Suffrage Alliance*.

Palavras-chave: feminismo, pacifismo, nacionalismo, intervencionismo, I Guerra Mundial.

* Investigadora integrada, Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Instituto de História Contemporânea, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faces de Eva – Estudos sobre a Mulher, 1069-061, Lisboa, Portugal. Investigadora do Projecto WOMASS-(FCT, I.P.) Ref.^a PTDC/HAR-HIST/29376/2017.nati.monteiro@netcabo.pt .

Speaking of peace in a time of war. Feminism, Pacifism, and Nationalism (1914-1918). *This article analyzes the speech and attitude of Portuguese feminists regarding Portugal's intervention in World War I. Leading on from the reading of feminist periodicals of the time, as well as other sources authored by women, the aim is to reconstruct the voices speaking of peace and war, of patriotism and nationalism. Despite some diverging discourses, feminists came together in support of the war project of the Democratic Party, mobilizing the women in favour of the war effort and breaking the international commitments towards pacifism and suffragism of the International Women Suffrage Alliance.*

Keywords: *feminism, pacifism, nationalism, interventionism, World War I.*



INTRODUÇÃO

O tema do pacifismo *versus* nacionalismo tem sido abordado em estudos sobre o movimento feminista da I República, com relevo para a emergência, expansão e activismo das mulheres nas organizações pacifistas, feministas, sufragistas e patrióticas, criadas entre 1906 e 1916 (Esteves, 1998, 2011; Mariano, 2011; Monteiro, 2011, 2014, 2016). Contudo, estas abordagens não se detêm na análise dos discursos que sustentam a crença no ‘natural pacifismo feminino’ e a adesão à causa nacionalista da beligerância portuguesa. Se o pacifismo estava associado às qualidades femininas da dádiva e defesa da vida, como se explica a pronta acção a favor da guerra, símbolo da masculinidade, da destruição e da morte?

Antes da I Guerra Mundial, as elites intelectuais e sociais europeias dividiam-se entre a defesa do pacifismo e a exaltação do militarismo. Aos valores da paz, da fraternidade internacional e do respeito pela vida humana contrapunham-se os valores *viris* da disciplina, da força, do heroísmo, do sacrifício e da violência guerreira, como regeneradores da raça e da nação. O pacifismo e o internacionalismo testaram os seus limites quando entraram em conflito com o patriotismo, “apresentado como benigna e respeitável forma de nacionalismo” (Caine & Sluga, 2000, p. 179). O antagonismo entre

pacifismo e nacionalismo diluiu-se na conciliação entre um ideal, pelo qual se devia lutar, e o que, naquele momento, se afigurava como um dever de todos os portugueses, perante a pátria ameaçada. Esta perspectiva das feministas portuguesas enquadra-se no denominado “pacifismo patriótico” que não exclui o apoio a uma guerra justa, em defesa dos interesses da nação (Caine & Sluga, 2000; Schiavon, 2015).

Os estudos sobre as diferentes atitudes das associações feministas nacionais, perante o Congresso Internacional das Mulheres pela Paz, convocado pelo *International Women Suffrage Alliance* (IWSA), e a ruptura com a fraternidade internacional das mulheres também não têm tido em conta os dados constantes do relatório do referido congresso, editado pelo *International Women's Committee of Permanent Peace* (Bericht, 1915), e da historiografia internacional, centrada na *Women's International League for Peace and Freedom*. Este artigo pretende contribuir para uma melhor compreensão do pensamento e da acção das feministas portuguesas no contexto da Grande Guerra e no movimento pacifista internacional.

Com base nos órgãos de imprensa da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP), da Associação de Propaganda Feminista (APF) e do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP), procura-se reconstituir as vozes das dirigentes que, pela sua escrita e oratória, maior influência exerceram nas associadas e na comunidade de leitoras e simpatizantes da causa feminista. A análise dos discursos de Maria Veleda (1871-1955), presidente da LRMP e directora do jornal *A Madrugada*, de Ana de Castro Osório (1872-1935), dirigente da APF e do jornal *A Semeadora*, e de Maria Clara Correia Alves (1869-1948), directora do *Boletim Oficial do Conselho das Mulheres Portuguesas* e de *Alma Feminina*, justifica-se por terem sido elas as principais ideólogas das associações que dirigiam e terem assumido, em nome destas, o apoio ao projecto belicista do governo. A fim de alargar o universo da análise, buscaram-se outras vozes feministas, defensoras do pacifismo, do nacionalismo e da conciliação ou coexistência entre ambos, com destaque para Maria Feio (1870-1939), escritora e conferencista, e Beatriz Pinheiro (1872-1922), membro da direcção da Liga Portuguesa da Paz, sócia da LRMP, escritora e fundadora da revista *Ave Azul*.

O PACIFISMO NA VOZ DAS FEMINISTAS PORTUGUESAS

Até à I Guerra Mundial, pacifismo, feminismo e sufragismo andaram de mãos dadas. As organizações de mulheres acolhiam as ideias generosas divulgadas pela corrente pacifista e pelos movimentos culturais progressistas. Partilhavam a crença no progresso e no aperfeiçoamento moral da humanidade, na fraternidade entre povos, raças e credos, na resolução de conflitos pela mediação e arbitragem, no desarmamento mundial, na abolição dos exércitos permanentes e na paz perpétua. Neste quadro de valores, defendiam o respeito universal pela vida humana, a igualdade de direitos e a justiça social. A vaga pacifista, materializada em sociedades, congressos, conferências e publicações, teve um novo impulso no movimento feminista com o sucesso da obra *Die Waffen Nieder (Abaixo as Armas)*, da pacifista Bertha von Suttner (1843-1914), prémio Nobel da Paz em 1905 (Hamann, 1996). Ela denunciava o crescente militarismo na Europa, as consequências dos nacionalismos e os efeitos da guerra e punha em causa a educação que valorizava os ideais militaristas da masculinidade. As raparigas seriam também permeáveis à educação nacionalista que promovia a admiração pelos soldados e heróis militares e cultivava os valores da honra, lealdade, sacrifício e devoção à Pátria, de forma a aderirem à guerra com entusiasmo patriótico (Caine & Sluga, 2000).

Em Portugal, à semelhança de outros países, o pacifismo foi a primeira via de participação pública e de internacionalização das feministas, quando, em 1906, criaram a Secção Feminista da Liga Portuguesa da Paz, fundada em 1899 pela escritora e pedagoga Alice Pestana (1860-1929), e o Comité Português da associação *La Paix et le désarmement par les femmes*. Neste movimento de fraternidade internacional encontravam-se mulheres que partilhavam ideais de paz, liberdade, emancipação, igualdade e justiça social, há muito debatidos nas tertúlias literárias, na imprensa e na tribuna. As ideologias políticas não eram ainda motivo de divergências entre monárquicas, como Olga Morais Sarmento da Silveira (1881-1948), Domitila de Carvalho (1871-1966) ou Emília Patacho (1870-1940), e republicanas, como Adelaide Cabete (1858-1936), Carolina Beatriz Ângelo (1878-1911), Beatriz Pinheiro (1872-1922) ou Joana de Almeida Nogueira. A criação do Grupo Português de Estudos Feministas por Ana de Castro Osório e Maria Veleda, entre outras,

marcou o início da separação entre monárquicas e republicanas, separação que se tornou definitiva com a fundação da LRMP, devido à sua vertente política (Esteves, 2011; Monteiro 2014, 2015).

Com o advento da República, o movimento pacifista deixou de ter expressão pública, embora a maior parte das feministas se mantivesse teoricamente fiel aos ideais pacifistas. A crença na propensão feminina para a harmonia e a paz, porque as mulheres dão a vida, a preservam e valorizam, colocava-se em oposição aos instintos bélicos, às ambições de glória e ao orgulho dos feitos militares masculinos. Invocava-se “o natural pacifismo das mulheres” para redefinir o lugar e as funções de género nas políticas de guerra. Aos homens cabia combater, e às mulheres cabia exercer a maternidade ideal ao serviço dos filhos da nação. A I Guerra Mundial obrigou as feministas a optar entre a fidelidade à ideia dominante do ‘natural pacifismo’ e da fraternidade internacional das mulheres e o apoio aos seus países na defesa dos interesses nacionais. A ‘chamada às armas’ dividiu as feministas e quebrou os laços que se vinham tecendo desde os finais do século XIX. A maioria uniu-se sob as bandeiras nacionais para servir o seu país, esmoreceu a luta sufragista enquanto a guerra durasse e virou costas ao internacionalismo. Todavia, uma minoria considerável permaneceu ou reforçou o seu pacifismo, à medida que a guerra progredia, tudo fazendo para convencer os governantes a negociar a paz (Fell & Sharp, 2007).

Os congressos pacifistas das socialistas e das sufragistas, realizados na Primavera de 1915, em Berna e Haia, respectivamente, bem como a propaganda pacifista levada a cabo por vozes inconformadas com a guerra, mostram como algumas mulheres resistiram à onda nacionalista que assolava a Europa. Nos países beligerantes foram tensas as relações entre pacifismo e nacionalismo. Na Alemanha, França, Grã-Bretanha e Itália, as pacifistas foram ridicularizadas, perseguidas, exiladas e presas, sob a acusação de derrotismo, apoio subversivo ao inimigo e traição à pátria. O nacionalismo foi mais forte que o pacifismo e derrotou o florescente internacionalismo feminista como derrotou a internacional operária (Thébaud, 1994).

Em Portugal, a hesitação de algumas feministas entre o pacifismo e o nacionalismo foi de curta duração. No início da guerra, em Agosto de 1914, Maria Veleda ainda apelava à revolta popular e à greve geral e exortava as mulheres a aliarem-se no brado de “guerra à guerra e morte à morte” (Veleda, 1914a). Antevendo uma guerra destruidora, pelos meios tecnológicos e científicos ao

serviço do militarismo, restava-lhe a esperança de que aquela fosse a ‘última das guerras’ e que das cinzas se erguesse a sociedade ideal, igualitária, fraterna e justa; que se abolissem as fronteiras e se decretasse o desarmamento e a desmilitarização para impedir as guerras no futuro. Embora não tenha pertencido às organizações pacifistas, esta feminista fez parte da comissão fundadora da Liga Antimilitarista, organizada no I Congresso Nacional do Livre-Pensamento, em 1908 (Monteiro, 2012), e partilhava o ideal pacifista de uma Europa das pátrias, federada, desmilitarizada e em paz perpétua.

Para Maria Veleda, o militarismo era o suporte dos regimes autocráticos, que se impunham pela força contra o direito. Os princípios da hierarquia e da disciplina militares suprimiam a liberdade de pensar e agir, ao disciplinarem a vontade para a obediência cega às ordens de comando. Através de uma rede subtil de relações de domínio e de poder, o militarismo oprimia a sociedade e privava os indivíduos da liberdade e autodeterminação moral. Era também sinónimo da opressão das mulheres, porque lhes roubava os filhos e os transformava em autómatos incapazes de pensamentos e impulsos generosos e prontos a matar o seu semelhante. O militarismo era contrário aos princípios da liberdade, da razão e da justiça e aos ideais da conciliação, da paz e da fraternidade (Veleda, 1909).

A escalada do poder destrutivo das novas armas suscitava apreensão e temor generalizado, mas eram as mulheres quem mais lamentava o fracasso do movimento pacifista e manifestavam alguma perplexidade pelo desalinhamento entre o avanço civilizacional e o retrocesso das barbaridades da guerra. A contradição entre o reconhecimento dos direitos dos povos e das gentes, alcançados pela modernidade, e a falta de soluções para os conflitos era salientada também pelas feministas Elisa Toscano Batalha (1881-?) e Maria Clara Correia Alves (1869-1948), o que implicitamente culpabilizava os homens e reforçava os mitos do “natural pacifismo” feminino e do “espírito guerreiro” masculino (Batalha, 1917; Alves, 1915). Na perspectiva de Izabel de Malta, pseudónimo de Maria Clara Correia Alves, a guerra silenciava os bons sentimentos no coração dos homens, tornando-se urgente que as mulheres, ‘pacifistas por natureza’, geradoras da vida e educadoras, incutissem nas novas gerações os valores da justiça, da generosidade e da fraternidade para que as sociedades futuras alcançassem uma paz duradoura, o progresso e a felicidade (Malta, 1915). Na mesma linha de pensamento, Beatriz Pinheiro acreditava que as mulheres, fontes de vida, amam a vida e não a morte e

que, por “natureza, educação, coração e espírito” só podem ser amantes da harmonia, da ordem e da paz. Aquela guerra seria a última das guerras, e a sociedade futura seria de paz e de fraternidade universal (Pinheiro, 1916).

Num registo diferente, Maria Feio reflectia sobre as facetas pretensamente legitimadoras da guerra e estabelecia um nexos entre o militarismo, o domínio masculino, o obscurantismo e a opressão das mulheres, com reflexos na organização social e nas leis que regem a política e as relações entre os sexos, os povos e as nações. A voz das mulheres a favor da paz não era ouvida, as suas experiências e virtudes de conciliação não eram tidas em conta, porque elas não existiam social e politicamente, visto não lhes ser permitida a interferência nos negócios públicos (Feio, 1915). A relação que Maria Feio estabelece entre a desvalorização dos esforços femininos para a construção da paz e a exclusão das mulheres do poder de decisão política está em consonância com a denúncia da IWSA no *Jus suffragii*, em Setembro de 1914. Aí se denuncia a situação insustentável das mulheres que, sem direito de voto, não podem impedir a catástrofe e o retrocesso civilizacional que se abatem sobre a Europa e o Mundo, e se apela aos governantes para negociarem a paz.

Nós, as mulheres de vinte e seis países, unidas na IWSA com o objectivo de obter instrumentos políticos para partilhar com os homens o poder que determina o destino das nações, apelamos-vos para que não deixeis de tentar nenhum meio de conciliação ou de arbitragem para resolver os litígios internacionais e prevenir o derramamento de sangue de metade do mundo civilizado. (Guerra 2005, p. 18)

Todavia, nem todas as feministas partilhavam a fé no pacifismo. Ana de Castro Osório, a mais emblemática dirigente do primeiro movimento feminista português, nunca confiou na eficácia dos ideais pacifistas, que apelidava de “abstracções do espírito” que enfraqueciam perante a realidade política dos povos. A seu ver, a desmilitarização e o desarmamento unilateral ou mundial eram incompatíveis com os deveres dos Estados de defenderem o seu território e os cidadãos. Também nunca escondeu o seu nacionalismo, patente na sua obra literária e na escrita apologista de causas que lhe foram gratas. Em plena guerra, congratulava-se pela enérgica resistência das mulheres portuguesas à “dissolvente campanha desnacionalizadora que também nos últimos anos chegou até nós”. Pensava ela que essa resistência

ao pacifismo se devia ao instintivo amor das portuguesas “à sua terra e à defesa da sua raça” (Osório, 1916d, p. 1). O passado autorizava-a a confiar no futuro. Desde que D. Teresa fizera de um pequeno condado “uma pátria de heróis”, passando por quatro séculos de conquistas, descobertas e emigração masculina, as portuguesas cultivaram com orgulho e nobreza o brio nacional e tomaram a responsabilidade de cuidar dos filhos e da terra. Seriam essas qualidades que as levariam a aceitar com serenidade os sacrifícios de uma guerra santa pelo futuro do país e da civilização (Osório, 1916a).

O NACIONALISMO ETNOCULTURAL E CÍVICO NOS DISCURSOS FEMINISTAS

O alastramento do conflito impôs a guerra como inevitável e a propaganda veiculava a ideia de uma guerra justa contra a Alemanha, a potência agressora que se impunha pela força das armas e pela violência selvagem dos seus exércitos. A diabolização do inimigo, com o relato exaustivo das “barbaridades alemãs”, suscitava indignação e solidariedade com os países invadidos. As feministas, como republicanas, após uma emocional condenação da guerra, não hesitaram entre o pacifismo e o nacionalismo e colocaram-se ao lado dos seus correligionários. As alianças entre feminismo e política, a militância republicana e as fidelidades partidárias, desde o tempo da monarquia, ditaram a pronta adesão ao projecto intervencionista do governo. Também a força do “patriotismo subterrâneo que ferve no coração dos homens de qualquer fé política” foi mais forte que as doutrinas humanistas da fraternidade universal (Bianchi, 2005, p. 20). Individualmente ou em nome das associações a que pertenciam, tomaram partido pela beligerância portuguesa, ao lado dos Aliados.

As feministas aderiram à propaganda do intervencionismo português pela defesa das colónias e pelo prestígio nacional e para garantir o lugar do país no concerto das nações e negociações de paz. Havia que honrar a aliança com a Inglaterra e os laços culturais que uniam Portugal e a França, herdeiros da civilização latina. Portugal, um país orgulhoso da sua identidade e tradições, lutaria pelos valores da liberdade, do direito e da justiça contra a barbárie do imperialismo alemão. A beligerância portuguesa deveria unir os portugueses numa só voz e numa só vontade e reduziria as ameaças ao

regime. As razões históricas e os interesses nacionais que justificavam a guerra foram amplamente divulgados em artigos nos jornais, conferências, livros, opúsculos e postais ilustrados. Solidárias com as mulheres dos países aliados, as feministas responderam aos seus apelos e publicaram manifestos de repúdio pelas violações, o trabalho forçado e as deportações de civis nos territórios ocupados, unindo-se ao movimento internacional de condenação da Alemanha.

As feministas adoptaram um discurso que cruzava os ideais de Pátria, Nação e República, bebido nos ideólogos do republicanismo e na retórica patriótica do Partido Democrático. O historiador Fernando Catroga defende que o republicanismo sobrevalorizou o patriotismo e cultivou um nacionalismo que, embora republicanizado, “misturava a definição cívica com as caracterizações de origem etnocultural” (Catroga 2011, p. 122). Para as intervencionistas, a ideia de pátria-cívica convivía com as raízes mais ancestrais, a terra-mãe, berço de uma comunidade, real ou ‘imaginada’, construída como agrupamento político, autónomo e livre, assente num contrato social pluralista, de que o Estado-nação era o garante (Andersen, 2012). Era um discurso que apelava a um património colectivo de memórias e sentimentos de pertença de um povo, unido pelos laços étnicos, linguísticos, culturais e históricos, como origem da nação política e da pátria republicana, fundados no ideal da cidadania democrática. O passado inspirava e iluminava os caminhos do presente e do futuro.

Os discursos patrióticos e nacionalistas sofrem mutações consoante as épocas históricas, as conjunturas políticas e as ideologias que os inspiram, mas em todos eles se afirmam o afecto à nação e a defesa dos seus interesses. Nos processos de construção e reconstrução desses discursos, as mulheres aparecem como representantes simbólicas da mãe-pátria, garantes da estabilidade familiar e social e reprodutoras biológicas e culturais da nacionalidade. No contexto da guerra, as mulheres conferiram um carácter distintivo ao seu discurso quando se apoderaram dos mitos da feminilidade e da maternidade para redefinirem o seu lugar na genealogia da memória colectiva e reclamarem o direito de participar no destino comum da nação. As ideias e referências expressas não deixam dúvidas sobre o fervor patriótico e os sentimentos de pertença a um povo orgulhoso da sua identidade, da sua história, independência e liberdade, património simbólico a preservar e a transmitir às gerações futuras. O sentimento de pertença seria recíproco.

O país podia contar com as mulheres, como as mulheres esperavam poder contar com a pátria em que se integravam de “forma nobilíssima” na hora amarga dos sacrifícios e também na hora de, com justiça, ela reconhecer os seus direitos.

O ideal republicano e a pátria-cívica instavam à participação de todos os cidadãos na *res publica*. Como defendia Maria Veleda, numa República ninguém devia eximir-se ao dever de servir a pátria. “Para ligar as mulheres à pátria é preciso dar-lhes direitos mas também exigir-lhes deveres. Para inspirar à mulher o amor da pátria, liguemo-la a ela pelo laço sagrado de uma dívida. É que a dívida mais sagrada e mais doce é servir, prestar serviço correspondente ao do soldado na vigilância e defesa da pátria” (Veleda, 1910, p. 2). Para Ana de Castro Osório, “dar o sangue para salvar a Pátria é muito, mas dar-lhe a atenção e a defesa de cada hora no campo moral e material é ainda mais” (Osório, 1918, p. 103). Para esta feminista, a mulher portuguesa era sempre a mãe heróica que confundia na “mesma paixão a terra amada da pátria e os filhos que voluntariamente lhe sacrifica” (Osório, 1916d, p. 1).

Numa sociedade dividida quanto à beligerância portuguesa, as feministas acusavam os neutrais e germanófilos de cobardia e de traição à pátria por fugirem aos compromissos a que obrigava a letra dos tratados e desonrarem o passado histórico e a identidade nacional. Ana Castilho e Maria Veleda defendiam que os portugueses só tinham um caminho a seguir, aquele que a dignidade e o “brio patriótico” lhes impunham pela defesa da liberdade, da justiça e do direito (Castilho, 1914; Veleda, 1914b). A escritora Alice Moderno (1867-1946), no poema “A voz do dever”, censurava acremente “a mórbida inacção deste país, tão rico de tradições, tão bravo e/ acorrentado agora, inerte, qual escravo...”, incapaz de decidir pela “lusa intervenção” no “duelo travado entre o canhão e a Ideia” (Moderno, 1915, p. 46). Ana de Castro Osório, a intervencionista mais combativa, foi também a mais feroz crítica da germanofilia. A seu ver, os germanófilos eram antipatriotas e portugueses indignos por não entenderem que o triunfo da Alemanha seria “o esfacelar da nação portuguesa”. Eles voluntariamente se amesquinham, ao colocarem-se ao lado de um país mais pequeno que Portugal, tanto em território como em grandeza do passado histórico. Nesta alusão à história pátria e à extensão territorial da nação, Ana de Castro Osório projectava a imagem espacial de um Portugal imperial que seria retomada pela propaganda nacionalista do Estado Novo, que sobrepunha o mapa das colónias

ao mapa da Europa, para difundir a ideia de que “Portugal não é um país pequeno”. Colocando-se ao serviço de uma ideologia imperialista da nação, a autora defendia que a intervenção portuguesa na guerra representava a livre escolha dos bons portugueses para garantirem o futuro de Portugal e do seu império. As mulheres e mães portuguesas tinham o dever de velar pelo “futuro racial e cultural do país”, pela preservação da identidade nacional e pela grandeza de “Portugal como potência imperial europeia” (Cordeiro, 2012, p. 80).

As feministas invocavam o passado histórico e o brio patriótico na defesa da integridade territorial e da identidade nacional, bem como o dever de honrar os compromissos internacionais. Os exemplos de heróis e heroínas nacionais eram apontados para que o povo reencontrasse o orgulho das suas raízes e virtudes, fortalecesse a vontade, elevasse o moral e a consciência nacional e cumprisse as tradições de heroísmo e de civismo. A LRMP e a APF manifestaram, desde o início, o seu apoio ao intervencionismo português, aos militares que partiam para África e aos exércitos aliados. Para o efeito, Ana de Castro Osório e mais três companheiras criaram a Comissão Feminina ‘Pela Pátria’. Em Março de 1916, as valências e o alcance patriótico e humanitário desta comissão foram ampliados com a fundação da Cruzada das Mulheres Portuguesas, por Elzira Dantas Machado (1865-1942), dirigente da APF e esposa de Bernardino Machado, Presidente da República (Esteves, 2011; Monteiro, 2011, 2016). A Associação Feminina de Propaganda Democrática, braço feminino do Partido Democrático, encerrou a actividade política, em nome da união de todos os portugueses e em obediência aos princípios da União Sagrada, porque os interesses da ‘Pátria e da República’ eram superiores à luta partidária (Monteiro, 2012). O CNMP, embora com algumas reservas iniciais, acabou por seguir as directivas do *International Council of Women* e dedicar-se aos problemas nacionais, resultantes da guerra.

Maria Clara Correia Alves também se rendeu ao nacionalismo e declarou que, “naquela hora angustiosa, as circunstâncias obrigavam todos os portugueses aos deveres sagrados para com a Pátria, pelo que o CNMP se abstinha de fazer campanha pacifista por julgá-la improficua” (Alves, 1915, pp. 6-8). Ao longo da guerra, o CNMP manteve a fé no pacifismo e tentar a difícil conciliação com o nacionalismo, expresso no discurso oficial do seu órgão de imprensa. Após a entrada de Portugal na guerra, Maria Clara

escreveu artigos e fez conferências de fervoroso patriotismo, em que evocava a alma nacional, o amor à terra sagrada e o respeito pelo passado glorioso de independência e liberdade para exortar os portugueses a defender a Pátria, mesmo à custa da própria vida. À partida dos militares para França, outras sócias do CNMP exprimiam os mais veementes desejos de que todas as portuguesas iguaissem o patriotismo dos que, nas trincheiras, haviam de escrever mais uma página gloriosa da história nacional. Eles iam cumprir um dever sagrado e elas os acompanhariam em espírito com o mais terno dos afectos de mães, esposas, noivas e irmãs (Luísa, 1917; Uma Portuguesa, 1917).

Beatriz Pinheiro aliou-se às companheiras da LRMP e da APF para dizer às jovens do Liceu Maria Pia que Portugal entrava na guerra porque era o seu dever. “Perca-se tudo, menos a honra!”; “Nós não podemos renegar Camões!”, nem “a história do nosso passado glorioso” (Pinheiro, 1916, pp. 11-12). Em seu entender, Portugal, com mais de sete séculos de vida autónoma, não podia vergar-se ao jugo teutónico e deixar que as suas colónias fossem devoradas pelo abutre prussiano. Afirmava ela que o apoio a Portugal na guerra não colidia com o seu pacifismo, pois continuava a acreditar no ideal de uma sociedade livre, sem fronteiras e em paz perpétua. Como todos os intervencionistas, as feministas anteviam uma nova era para a humanidade, renascida das cinzas de uma guerra revolucionária, purificadora, salvífica e regeneradora.

Nesta palestra, Beatriz Pinheiro alinhava pelo discurso de Ana de Castro Osório, ao afirmar que naquela guerra se digladiavam países e ideais. De um lado, o idealismo latino, o liberalismo britânico e o individualismo eslavo; do outro, o materialismo do pangermanismo alemão e a barbaridade do militarismo prussiano. Portugal combateria pelos superiores ideais da justiça, do direito, da liberdade e da solidariedade humana, e as mulheres deviam cooperar no sacrifício que era de todos até à vitória final. As portuguesas seriam as dignas continuadoras das “virtudes cívicas” e do “fervor patriótico” que tanto “enobreceram as suas avós”. Consolariam e animariam os que partiam, incutindo-lhes coragem, abnegação e patriotismo, promoveriam a assistência às famílias e crianças desvalidas, organizariam os hospitais e os serviços de enfermagem, forneceria agasalhos para os soldados e recolheriam fundos para subsidiar estas e outras obras beneméritas, tão caras ao espírito e sentimentos femininos. A Pátria exigia também que as mulheres suprissem a falta dos homens, à semelhança do que acontecia nos outros países em guerra. Nesta questão, o discurso de Ana de Castro Osório

ia mais longe, ao insistir na educação e profissionalização das mulheres para que o seu contributo fosse mais consciente, útil e benéfico, não só durante a guerra mas também na obra de futuro que o país carecia para se modernizar e progredir (Pinheiro, 1916; Osório, 1916c). O governo havia de reconhecer o esforço feminino no cumprimento dos deveres sociais e cívicos para com a Pátria e recompensá-lo em direitos de cidadania política.

AS FEMINISTAS PORTUGUESAS E O CONGRESSO INTERNACIONAL DAS MULHERES PELA PAZ

Entre 28 de Abril e 1 de Maio de 1915, decorreu em Haia o Congresso Pacifista, organizado pela IWSPA, com o objectivo de debater os meios de pôr fim a uma guerra que, contra as expectativas iniciais, se revelara longa, destrutiva e de uma violência sem precedentes. À reivindicação da paz associava-se a do sufrágio. Era urgente que as mulheres fossem ouvidas nas decisões políticas, e “que os diferendos internacionais fossem regulados por uma arbitragem de conciliação” (*Bericht*, 1915, p. 16). Estiveram representadas 150 organizações feministas, por 1136 delegadas e 300 visitantes e observadoras de doze países neutros e beligerantes. Jane Addams (1860-1935), sufragista americana que aliou a luta pela paz à da justiça social, presidiu ao Congresso e louvou a coragem das congressistas, cuja presença era o supremo testemunho contra a guerra, num momento em que o amor das pátrias excedia os interesses particulares e as convicções individuais (*Bericht*, 1915).

O Congresso recebeu mensagens de simpatia de associações, sociedades, comités e individualidades de todo o mundo, sendo também alvo de acesas críticas por defender um armistício numa conjuntura em que a Alemanha saíra favorecida e por se recearem disputas entre as mulheres de países inimigos. As organizadoras foram cautelosas, anunciando que não se discutiriam as responsabilidades dos países no desencadear da guerra, mas a questão do armistício foi polémica, dentro e fora do congresso. Embora se tivesse alterado a proposta do “Armistício já” para a da “Acção pela paz”, o que implicava debater os meios para uma paz negociada, sob os princípios da justiça e do direito dos povos, as congressistas belgas e polacas afirmaram o seu nacionalismo e as que não participaram serviram-se dessa arma para contestar o Congresso.

Em Portugal, a atitude das feministas foi consensual, embora Ana de Castro Osório tenha sido a maior crítica do evento. A APF e o CNMP foram convidados a comparecer na qualidade de filiados no IWSA. A APF manifestou-se publicamente solidária com as feministas francesas e o CNMP absteve-se de tomar posição. No entanto, o relatório do Congresso, coordenado por Chrystal Macmillan (1872-1937), vice-presidente do IWSA, faz referências a Portugal e dá a conhecer o telegrama de solidariedade, assinado por Maria Clara Correia Alves, a informar que o CNMP não se faria representar, devido às dificuldades em empreender uma viagem naquele momento (*Bericht*, 1915). Há uma certa ambiguidade no silêncio público do CNMP sobre a sua “adesão em espírito” a um Congresso tão consentâneo com os ideais pacifistas e internacionalistas que defendia. A esta posição não terão sido alheias as directivas do *International Council of Women*, organização em que o CNMP estava filiado, para que os conselhos se concentrassem nos problemas nacionais, fazendo saber que a presidente, Lady Aberdeen (1857-1939), não concordava com congressos pacifistas, quando o mundo estava em guerra. A LRMP, embora não filiada no IWSA, divulgou o evento, o programa e as resoluções do Congresso no jornal *A Madrugada*, sem quaisquer comentários, o que revela a frieza com que o assunto foi tratado.

O *Conseil National des Femmes Françaises* (CNFF) e a *Union Française Pour le Suffrage des Femmes* (UFSF) apoiaram o governo da União Sagrada e incentivaram as mulheres a participar activamente na defesa do país. Os jornais feministas *La Fronde* e *La Française* avisavam que, enquanto a guerra durasse, não seriam admitidas reivindicações de direitos políticos, só havendo lugar aos deveres patrióticos e sociais (Thébaud, 2013). Em resposta ao Congresso Pacifista, as feministas francesas publicaram um manifesto em que recusavam encontrar-se com as mulheres do país inimigo, por elas não condenarem o seu governo pela violação do direito internacional. Não queriam falar de paz quando a França se defendia dos bárbaros ataques da Alemanha (Fell, 2007). A presente guerra mostrava como o pacifismo unilateral fora fútil e até perigoso.

Ana de Castro Osório publicou o manifesto das francesas no jornal *A Semeadora*, com a anotação de que, estando as portuguesas ao lado dos Aliados, não podiam aderir a um Congresso do qual as francesas muito justamente se abstinham. Divulgou também uma carta da escritora francesa Juliette Adam (1836-1936) que exortava as suas conterrâneas a sacrificar tudo em

defesa da Pátria, porque uma guerra defensiva era uma guerra santa (Osório, 1915). Esta pacifista, entrevistada por Almada Negreiros (1893-1970) para *O Século*, declarou que a Alemanha abusou da cega confiança dos povos no pacifismo e no internacionalismo, ideologias que adormentavam o patriotismo, a vigilância e a defesa nacional (Negreiros, 1916). Na atitude de Ana de Castro Osório não estava apenas em causa a solidariedade com as companheiras de além-Pirenéus mas sobretudo o seu nacionalismo que, com a divulgação destes exemplos, pretendia a máxima adesão à sua causa. O CNMP, embora continuasse a falar de paz, já admitia que a guerra podia ser tolerada quando um país combate o inimigo que o ataca ou socorre um país aliado que é atacado (Alves, 1916). Afinal, pacifistas, intervencionistas e nacionalistas convergiam nos argumentos da guerra justa. Por outro lado, o CNMP, tal como a APF, mantinham relações institucionais e de amizade com as dirigentes do CNFF e da USFF (Cova, 2014), o que se sobrepôs ao internacionalismo pacifista.

O Congresso de Haia aprovou as seguintes resoluções: inclusão e participação das mulheres no exercício de todos os direitos, responsabilidades civis e decisão política; definição dos princípios democráticos que deviam reger a economia, a educação e a política interna e externa dos Estados; criação de uma sociedade das nações para a mediação permanente dos conflitos; controlo democrático das relações internacionais; transferência de territórios sujeita a plebiscito; abolição do direito de conquista; direito de todos os povos à autonomia e a um regime democrático; redução de armamentos e constituição de fundos internacionais para acudir às regiões devastadas. Estas propostas foram apresentadas aos governos da Europa e dos EUA, a fim de mediarem o processo de uma paz urgente, sem condições humilhantes para nenhum dos beligerantes. Proposta semelhante era defendida no *International Plan for Continuous Mediation without Armistice*, da autoria da professora da Universidade do Wisconsin Julia Grace Wales (1881-1957), e apresentado ao presidente dos EUA Woodrow Wilson (1856-1924), em finais de 1914. Os princípios do Plano e as resoluções do Congresso pacifista estão patentes nos catorze pontos que o presidente Wilson apresentou no fim da guerra para a elaboração dos tratados de paz. No Congresso, constituiu-se uma Comissão Permanente pela Paz Futura que, em 1919, se transformou na *Women's International League for Peace and Freedom* e que viria a ter um papel fundamental na Sociedade das Nações e depois na ONU (Kuhlman, 2007; Grayzel, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À distância de um século, podemos analisar a conjuntura em que surgiram as organizações pacifistas portuguesas e concluir que a emergência das mulheres na esfera pública pela via do pacifismo era menos controversa que a do feminismo, claramente assumido, num país periférico, retrógrado e pouco aberto à mudança. Os acontecimentos políticos e a reduzida capacidade de mobilização feminina, devido ao analfabetismo e ao atraso económico e social, não foram favoráveis à consolidação da aliança entre monárquicas e republicanas em defesa do feminismo pacifista. As poucas dirigentes e associadas não resistiram às divergências ideológicas que as separaram e o advento da República favoreceu o protagonismo das republicanas. Em Portugal, o pacifismo feminista não amadureceu a ponto de produzir discursos consistentes e fortes convicções capazes de resistir à exaltação patriótica que varreu a Europa entre 1914 e 1918.

As relações entre pacifismo e nacionalismo foram tensas nos países beligerantes, sobretudo na Alemanha, na França e na Itália. Pela censura, a propaganda e a repressão, os governos tentaram calar e isolar as vozes pacifistas. O nacionalismo prevaleceu sobre o pacifismo nas opções das feministas portuguesas, em consonância com o movimento internacional. Apesar da quebra da corrente pacifista internacional, não se pode desvalorizar a influência que os laços de amizade, o espírito de solidariedade e os valores culturais, partilhados por portuguesas e francesas, exerceram nas opções tomadas pelo associativismo feminista nacional. Apesar do apoio ao nacionalismo, as feministas mantinham a esperança de uma paz futura e duradoura no pós-guerra, para a qual estavam dispostas a contribuir através da educação, da mediação e da arbitragem de diferendos nacionais e conflitos internacionais. Apesar dos nacionalismos exacerbados que incendiavam a Europa e sustentavam a guerra, as congressistas de Haia mostraram ousadia e firmeza no esforço de renovação da fraternidade internacional na acção pela paz e na luta pelo sufrágio, convencidas de que as decisões sobre a paz e a guerra deviam também pertencer às mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A monstrosidade germânica. (1917, Setembro 15). *A Semeadora*, 27, 1.
- A mulher e a guerra. (1917, Fevereiro 15). *A Semeadora*, 20, 1-2.
- A mulher e a guerra: O protesto das mulheres portuguesas contra as infâmias germânicas. (1917, Março 15). *A Semeadora*, 21, 1-2.
- Adesão das mulheres da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas ao apelo das mulheres de França que protestam contra as deportações belgas e francesas. (1917, Abril 1). *A Madrugada*, 51, 1.
- Alves, M. C. C. (1916, Fevereiro). Bulletin pour l'étranger: La Guerre et les petits pays. *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, 5, 35.
- Alves, M. C. C. (1917, Agosto). A Bandeira da Pátria. *Alma Feminina*, 8, 187-188.
- Andersen, B. (2012). *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70.
- Batalha, E. T. (1917, Março 15). A propósito da guerra. *A Semeadora*, 21, 3.
- Bericht-Rapport-Report: Women's International League for Peace and Freedom (1st Congress: 1915: the Hague)*. 1915. Amsterdam: International Women's Committee of Permanent Peace.
- Bianchi, B. (2015). Il militarismo, la maternità, la pace: Voci dal femminismo italiano (1868-1918). In Filippi, M. (Org.), *Parlare di pace in tempo di guerra: Bertha von Suttner e altre voci del pacifismo europeo* (p. 20). Rovereto: Accademia Roveretana degli Agiati: Edizione Osiride.
- Caine, B. & Sluga, G. (2000). *Gendering European History 1780-1920*. London-New York: Continuum.
- Castilho, A. (1914, Outubro 31). A crise do medo. *A Madrugada*, 36, 2.
- Catroga, F. (2011). *Ensaio Respublicano*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Cordeiro, Célia (2012). *Ana de Castro Osório e a mulher republicana portuguesa*. Lisboa: Fonte da Palavra.
- Cova, A. (2014). The National Council of Women in France, Italy and Portugal: Comparisons and Entanglements, 1888-1939. In Janz, Oliver & Schönpflug, Daniel (Eds.), *Gender History in a transnational perspective: Networks, biographies, gender orders* (pp. 46-75). Oxford, NY: Berghahn Books.
- Ecos do estrangeiro. Programa do Congresso Internacional Feminista de Haia. (1915, Julho 31; Setembro 30). *A Madrugada*, 41, 4; 42, 3.
- Esteves, J. (1998). *As origens do sufragismo português*. Lisboa: Editorial Bizâncio.

- Esteves, J. (2011). Feminismo, feminismos e sufragismo na 1.^a República. *Mulheres na I República. Percursos, Conquistas e Derrotas* (pp. 19-46). Lisboa: Colibri.
- Feio, M. (1915). *Calvário de mulher: O prejuízo dos sexos dentro do prejuízo da guerra*. Famalicão: Tipografia Minerva.
- Fell, A. S. & Sharp, I. (2007). *The women's movement in wartime. International perspectives, 1914-1919*. New York: Palgrave Macmillan.
- Fell, A. S. (2007). 'French women do not wish to talk about peace': Julie Siegfried and the response of the Conseil National des Femmes Françaises to the First World War. *The women's movement in wartime. International perspectives, 1914-1919* (pp. 53-66). New York: Palgrave Macmillan.
- Grayzel, S. R. (2013). *Women and the First World War*. New York: Routledge.
- Guerra, E., Musiani, E. & Tarozzi, F. (2005). Donne contro la Guerra: Donne per la pace. *Bollettino del Museo del Risorgimento*, s. n., Archiviare la guerra: La Prima Guerra Mondiale attraverso i documenti del Museo del Risorgimento. Gavelli, M. (Org.). Anno L. Bologna (pp. 17-39). Acedido em Agosto de 1917. <http://archivio.women.it/?p=499>
- Hamann, B. (1996). *Bertha von Suttner: A life for peace*. Syracuse, NY: Syracuse Studios on Peace and Conflict Resolution, Syracuse University Press.
- Kuhlman, E. (2007). 'The Women's International League for Peace and Freedom' and reconciliation after the Great War. *The women's movement in wartime: International perspectives, 1914-1919* (pp. 227-243). New York: Palgrave Macmillan.
- Luísa, M. (1917, Fevereiro). Sempre convosco. *Alma Feminina*, 2, 17-18.
- Malta, I. (1915, Fevereiro). Pela paz futura. *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, 1-A, 6-8.
- Mariano, F. (2011). *As mulheres e a I República*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Moderno, A. (1915, Novembro). A voz do Dever. *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, 4, 46.
- Monteiro, N. (2011). 'Pela Pátria e pela República': As mulheres republicanas e a I Guerra Mundial. In Z. O. Castro, J. Esteves & N. Monteiro (Coord.), *Mulheres na I República: Percursos, conquistas e derrotas* (pp. 179-215). Lisboa: Colibri.
- Monteiro, N. (2012). *Maria Velede (1871-1955): Uma Professora feminista, republicana e livre-pensadora*. Olhão: Gente Singular.
- Monteiro, N. (2014). Associativismo feminino, um laboratório de cidadania (1906-1928). In E. Ferreira, I. Ventura, L. Rego, M. Tavares & M. A. P. Almeida (Orgs.), *Percursos feministas: Desafiar os tempos* (pp. 133-148). Lisboa: UMAR.

- Monteiro, N. (2015). Mulheres e cidadania na I República: Mobilização e Migração na Guerra de 1914-1918. In M. M. Aguiar, G. Guedes & A. Santiago (Coords.), *1974-2014. 40 anos de migrações em liberdade* (pp. 28-34): Lisboa: Mulher Migrante. Associação de Estudo, Cooperação e Solidariedade.
- Monteiro, N. (2016). Mulheres portuguesas em tempo de guerra (1914-1918). *Leituras da Grande Guerra: IDN Nação e Defesa*, 145, 109-121. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- Negreiros, J. de A. (1916, Abril 18). Portugal na Guerra. *O Século*.
- Pinheiro, B. (1916). *A Mulher portuguesa e a guerra europeia: Conferência realizada no Liceu Maria Pia no dia 8 de Junho de 1916 com a assistência do Exm.º Reitor*. Publicada pela Associação de Propaganda Feminista.
- Osório, A. de C. (1915, Julho 15). Pela Paz. *A Semeadora*, 1, p.2.
- Osório, A. de C. (1916a, Março 15). Portugal e a guerra. *A Semeadora*, 9, 1.
- Osório, A. de C. (1916b, Abril 1). A mulher portuguesa e a guerra. *A Madrugada*, 45, 1.
- Osório, A. C. (1916c, Abril 15). Portugal em guerra. *A Semeadora*, 10, 1.
- Osório, A. de C. (1916d, Junho 1). A influência da mãe na raça portuguesa. *A Madrugada*, 46, 1.
- Osório, A. de C. (1918). *Em tempo de guerra: Aos homens e às mulheres do meu país*. Lisboa: Ventura & C^a.
- Schiavon, E. (2015). *Interventiste nella Grande Guerra: Assistenza, propaganda, lotta per i diritti a Milano e in Italia (1911-1919)*. Milano: Mondadori Education.
- Thébaud, F. (1994). A Grande Guerra: O triunfo da divisão sexual. In G. Duby & Michelle Perrot (Dir.), *História das mulheres no Ocidente: O Século XX.*, V (pp. 31-93). Porto: Edições Afrontamento.
- Thébaud, F. (2013). *Les Femmes au temps de la guerre de 14*. Paris: Éditions Payot & Rivages.
- Uma portuguesa. (1917, Fevereiro). Sempre convosco. *Alma Feminina*, 2, 21.
- Veleda, M. (1909). *A Conquista*. Lisboa: Livraria Central Gomes de Carvalho.
- Veleda, M. (1910, Maio 1). Missa democrática. *A Vanguarda*, 4775, p. 2
- Veleda, M. (1914a, Agosto 31). Luz, mais Luz. *A Madrugada*, 35, 1.
- Veleda, M. (1914b, Outubro 31). Uma data gloriosa. O 5 de Outubro. *A Madrugada*, 36, 1.